



XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017

O Vale do Café no século XXI: comparação de indicadores de desenvolvimento rural sustentável e os desafios de escala geográfica

**The Coffee Valley in 21st Century: comparison of
sustainable rural development indicators and
challenges of geographic scale**

*Gabriel Magalhães Rodrigues, Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro - UFRRJ, gabrimagalhaes@gmail.com*

*Márcio Silva Borges, Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro - UFRRJ, msborges@hotmail.com*

RESUMO

Este trabalho consiste em comparar indicadores relacionados ao desenvolvimento rural sustentável (demografia, rendimentos, produto agropecuário, alfabetização e saneamento) entre os municípios do Vale do Café fluminense, especialmente a partir dos anos 2000, para constatar quais municípios aparentam propiciar melhores condições de vida para suas populações. Além disso, serão apresentadas instituições que atuam no planejamento e gestão desses territórios rurais, e os desafios de escala geográfica para a realização de ações nesses municípios. Dessa forma, primeiramente foram brevemente apresentados conceitos relacionados ao estudo do desenvolvimento (centro-periferia, sustentável, rural). Utilizando esses conceitos como norteadores, foram apresentados e comparados dados referentes às zonas rurais dos treze municípios participantes. Ainda foram apontadas algumas instituições, os âmbitos em que atuam, a forma em que se organizam e a escala político/geográfica compreendida por suas políticas. Merecem destaque os municípios de Pirai e Engenheiro Paulo de Frontin que possuem meios rurais dotados de rendimentos relativamente altos e das condições básicas de educação e saneamento conforme os dados analisados. Foi identificada, a respeito dos desafios institucionais, uma clara necessidade de haver maior articulação entre os agentes locais, regionais e estaduais, para o planejamento e gestão de ações coordenadas, que geram ganhos transescalares

Palavras Chave: Desenvolvimento rural sustentável; Vale do Café; Escala geográfica.

ABSTRACT

This work consists of comparing indicators related to sustainable rural development (demography, income, agricultural product, literacy and sanitation) among the municipalities of the Fluminense Coffee Valley, especially since 2000, to verify which municipalities appear to provide better living conditions for their populations. In addition, institutions will be presented that act in the planning and management of these rural territories, and the geographical scale challenges for the accomplishment of actions in these municipalities. Thus, concepts related to the study of development (center-periphery, sustainable, rural) were briefly presented first. Using these concepts as guides, data were presented and compared for the rural areas of the thirteen participating municipalities. Some institutions were also pointed out, the scopes in which they operate, the way in which they are organized and the political / geographical scale understood by their policies. Worthy of note are the municipalities of Pirai and Engenheiro Paulo de Frontin, which have relatively high incomes and basic education and sanitation conditions, according to the data analyzed. Regarding institutional challenges, a clear need for greater articulation among local, regional and state actors was identified for the planning and management of coordinated actions, which generate trans-scale gains.

Keywords/Palabras Clave: Sustainable rural development; Coffee Valley; Geographic scale.

INTRODUÇÃO

O Estado do Rio de Janeiro viveu o auge de sua atividade agropecuária entre os séculos XVIII e XIX com a cultura do café, especificamente em alguns municípios do Vale do Café. Essa região, tomando como base a divisão político administrativa nacional, é composta por treze municípios distribuídos geograficamente em duas mesorregiões: a Sul-fluminense (que abrange os municípios de **Valença, Rio das Flores, Barra do Pirai, Pinheiral, Pirai, Volta Redonda, Barra Mansa**) e a Metropolitana do Rio de Janeiro abrangendo **Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paracambi, Paty do Alferes, Vassouras (CEPERJ, 2011)**.

Com a crise do café na economia brasileira, que tem seu ápice no início do século XX, o Estado do Rio de Janeiro bem como o Vale do Café caminharam para a diversificação agrícola, abrindo caminho para transformações significativas na economia regional. No entanto, hoje o que movimenta a economia rural da região é o turismo histórico/rural, pequenas e médias fazendas com agricultura familiar ou produtores rurais, a gastronomia, a pecuária leiteira, além da monocultura do tomate em Paty do Alferes.

O objetivo deste artigo é comparar indicadores relacionados ao desenvolvimento rural sustentável, considerando os municípios da região do Vale do Café, a partir dos anos 2000. Para isso primeiramente serão apresentados de maneira sucinta, conceitos de desenvolvimento rural e sustentável e também será realizada uma breve caracterização da região incluindo a história, geografia e a realidade socioeconômica. Depois serão observados dados correspondentes ao meio rural da região em questão, que dizem respeito à demografia, rendimentos, produto agropecuário, alfabetização e saneamento, disponibilizados pelo Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e também os desafios das instituições atuantes no meio rural regional.

REFERENCIAL TEÓRICO

AS FACETAS DO DESENVOLVIMENTO

O processo de desenvolvimento, seja qual for a escala geográfica, envolve múltiplas perspectivas (econômica, política, social, ambiental) que estão interligadas na prática e devem ser tratadas com atenção. A desigualdade na distribuição de recursos em nível mundial faz com que os países que não detêm a produção de tecnologia (subdesenvolvidos) tenham que vender produtos dotados de uma baixa relação capital/trabalho levando a uma exploração cada vez maior desses trabalhadores, e/ou vender seus recursos naturais a preços competitivos.

Países periféricos, ou em desenvolvimento, são assim chamados por não conseguirem distribuir seus recursos de forma eficiente e equitativa de maneira a ofertar saúde, educação, trabalho, lazer e, de uma maneira geral, qualidade de vida para a maioria da sua população. Essa incapacidade advém principalmente de razões históricas inerentes a cada território, mas também da própria estrutura capitalista, tornando-os praticamente dependentes das economias desenvolvidas ou centrais (Furtado, 1974).

A incapacidade de alcançar o desenvolvimento advém ainda de uma má formação institucional que dificulta a fluidez das relações políticas, econômicas e sociais ou que privilegiam mais interesses particulares ou setoriais do que coletivos em suas atribuições. A relação centro-periferia

também pode ser notada em outras escalas espaciais, por exemplo, entre regiões, estados e até mesmo municípios, todavia sem deixar de perceber a relação dessas escalas micro com as macro escalas. Furtado (1974) afirma que a maioria absoluta da população dos países menos desenvolvidos não se apropria dos ganhos advindos do crescimento econômico, e além do mais a industrialização (no modelo do pós-guerra/centro-periferia) não proporciona a melhoria dessa situação, trazendo uma modernização, mas não o desenvolvimento.

Para Furtado (1974), outro empecilho aos menos desenvolvidos, ou em desenvolvimento, é um fator de ordem física, ou seja, os padrões de produção e consumo dos países “desenvolvidos” não são condizentes com a disponibilidade de recursos naturais da Terra. Mesmo que as ideias do autor tenham sido expostas na década de 1970, esses argumentos ainda são, em partes, válidos; Como aponta Padilha (2003) o primeiro e mais importante limite dessa cultura do consumo, que estamos testemunhando hoje, são os próprios limites ambientais. O planeta não suportaria se cada habitante tivesse um automóvel, por exemplo. Uma ressalva a se fazer é que avanços tecnológicos podem possibilitar o aumento do nível de produção e consumo sem necessariamente aumentar o nível de degradação ambiental, todavia necessitam de grandes montantes de investimento, muitas vezes restritos.

Essa concepção se aproxima das ideias básicas trazidas nas teorias de desenvolvimento sustentável, termo controverso que passou e ainda passa por embates políticos e ideológicos. Em geral o desenvolvimento sustentável traz consigo a ideia de desenvolvimento econômico com proteção ambiental e equidade social. É necessário ter em mente que a sustentabilidade é um processo sem regras fixas, ou seja, diferente em cada situação, relacionado ao planejamento do espaço, da economia e da demografia. Ser sustentável é reduzir vulnerabilidades, resíduos (o que se faz além do necessário) e avaliar riscos e impactos, sem necessariamente mercantilizar a natureza.

Acsegrad (1999) aponta algumas questões diretamente ligadas à noção de sustentabilidade: eficiência, escala, equidade, autossuficiência e ética. A questão da eficiência está ligada ao não desperdício da base material do desenvolvimento (espaço não-mercantil planetário, ou meio ambiente), ao passo que a escala seria um determinante de limites quantitativos para o crescimento econômico dadas as pressões ambientais. A equidade diz respeito à justiça e igualdade no processo de desenvolvimento, já a autossuficiência é apontada como estratégia adequada para a regulação comunitária das condições para o desenvolvimento, e por fim a ética estaria ligada à existência de recursos para a continuidade da vida planetária.

A perspectiva do desenvolvimento sustentável deve levar em conta espaços urbanos e rurais, uma vez que cada um desses espaços possuem suas particularidades e por isso devem ser tratados de maneira diferente. Na atualidade é difícil mensurar os limites do urbano e do rural, uma vez que eles se mostram complementares e indissociáveis, devido aos meios de transporte, comunicação e à integração produtiva e social de uma maneira geral. Hoje o urbano já conta com atividades agrícolas, o rural com atividades industriais, e a urbanização chega a todos os lugares, mesmo que seja de maneira virtual (rádio, televisão, celular, internet, computador) (Floriani, Rios e Floriani, 2013).

Atualmente ainda existem muitas maneiras de entender o termo desenvolvimento rural, que podem levar em conta diversos aspectos do ambiente, tais como um maior nível de bem estar social, produto e renda; diversidade de atividades econômicas; maior tecnificação; preservação do ecossistema e da agrobiodiversidade; permanência da população no campo; distribuição e uso de terras; educação rural, etc. O desenvolvimento rural também pode estar relacionado às atitudes e

práxis direcionadas à redução da pobreza nesses territórios, buscando, na perspectiva da gestão social, estimular a participação dos habitantes para que eles decidam as prioridades para a mudança (Ellis, 2001).

Kageyama (2004) realizou uma revisão bibliográfica sobre o tema do desenvolvimento rural e concluiu que dentre as diversas definições apresentadas para o termo, uma ideia comum a todas era a de que o desenvolvimento rural deve levar em consideração o aspecto econômico - estabilidade e elevação da renda familiar - e social - obtenção de um nível de vida socialmente aceitável - buscando a diversificação das atividades geradoras de renda em uma dada base territorial, local ou regional.

O desenvolvimento do meio rural também passa pelas questões agrícolas (produção agropecuária), agrárias (regulação e distribuição de terras), territoriais (participação popular, cultura e identidade, arranjos produtivos locais), ambientais (conservação e preservação), e sociais (previdência, benefícios, habitação, povoamento, saneamento). Alguns elementos podem ser considerados chave na atual discussão do desenvolvimento rural como os mercados abertos, intensificadores da competitividade, as cadeias agroalimentares, mas também uma diversidade de iniciativas alternativas ao padrão técnico dominante. A complementaridade setorial, a mudança no papel do poder público e das instituições que atuam no mundo rural e a ênfase nas dimensões ambientais e sustentáveis também são aspectos relevantes para o debate do desenvolvimento rural (Schneider, 2004).

Fica claro que os termos desenvolvimento sustentável e rural apresentam entre si muitas semelhanças, com destaque para os aspectos sociais e ambientais. Ambos apontam para uma gestão do território baseada na participação popular, respeitando o equilíbrio e a diversidade, e objetivando a equidade na distribuição dos recursos entre as populações. O termo desenvolvimento rural trata de forma mais incisiva algumas particularidades da maioria dos espaços rurais, tais como menor densidade demográfica e concentração da população, menor complexidade social (menor diversidade política e cultural) e maior integração social (vínculos fortes). Entretanto é necessário estar atento à atual dinâmica dos espaços rurais que contam com muitos produtores residentes em espaços urbanos densamente povoados, que se vinculam facilmente a estas áreas e contribuem para trazer novas características ao rural.

O entendimento destas facetas do desenvolvimento facilita a análise dos territórios, uma vez que elas apontam as condições básicas para a melhoria da qualidade de vida da população fazendo um uso justo e consciente dos recursos naturais.

METODOLOGIA

Caracterizado como pesquisa exploratória, este trabalho apresenta as características das zonas rurais dos treze municípios do Vale do Café com a finalidade de concluir quais demonstram um meio rural mais desenvolvido. Como suporte teórico inicial foram apresentados conceitos pertinentes ao campo do desenvolvimento, necessários para o entendimento das questões relacionadas ao desenvolvimento rural e ao desenvolvimento sustentável.

Em seguida são apresentados dados socioeconômicos referentes ao meio rural da região do Vale do Café, no Estado do Rio de Janeiro, tais como, população urbana e rural, densidade demográfica, rendimentos urbanos e rurais, adequação das instalações sanitárias e alfabetização, extraídos do Censo Demográfico de 2000 e 2010 do IBGE. O produto agropecuário por município no ano de

2013 foi obtido no portal do CEPERJ. Esses dados serão analisados e comparados à luz dos conceitos apresentados no referencial teórico.

Por meio da comparação serão apontados, entre os treze municípios analisados, aqueles que praticam um desenvolvimento rural sustentável. Por fim, serão explicitadas algumas instituições que colaboram para o desenvolvimento rural sustentável da região, mostrando em qual âmbito elas atuam, a maneira em que se organizam, as escalas político/geográficas compreendidas por suas políticas e os desafios para a implementação de ações coordenadas.

HISTÓRIA, GEOGRAFIA E REALIDADE SOCIOECONÔMICA DO VALE DO CAFÉ

O Vale do Café fluminense está localizado em um país em desenvolvimento, ou semi-periférico considerando a economia mundial, mas em uma região central considerando a economia nacional. Os treze municípios analisados, em destaque na Figura 1, foram delimitados com base em uma divisão sugerida pela Secretaria de Turismo do Estado do Rio de Janeiro. A delimitação geográfica do Vale do Café é tangenciada à sudoeste pela BR-116 (Rodovia Presidente Dutra) e cortada pela BR-393 (Antiga Rio-Bahia), duas importantes vias de escoamento e entrada de produtos e serviços diversos. Seus municípios, situados mais ao sul, fazem parte da bacia hidrográfica do Rio Guandu, e os demais, da bacia do Rio Paraíba do Sul, que atravessa a região.

Originalmente a região do Vale do Café é composta pelo bioma da Mata Atlântica. Abreu (2012) afirma que ela foi habitada por índios Puris e que durante o século XVIII a região fez parte do caminho do ouro para escoar a produção proveniente do Estado de Minas Gerais. Já no século XIX a região tem seu apogeu com as plantações de café, principal produto exportado pelo Brasil entre os séculos XIX e XX. Os barões do café e as fazendas precursoras trouxeram riquezas que proporcionam o surgimento de núcleos urbanos. Em 1820 Paty do Alferes se torna vila, mas o desenvolvimento se manifestou acentuadamente em Vassouras, que atraía fazendeiros vindos de São João Del Rey e Mariana, por exemplo.

Figura 1- Mapa do Estado do Rio de Janeiro, divisão Secretaria de Turismo, Região do Vale do Café.



Fonte: Portal Rio Turismo, editado pelo autor, 2016.

A importância do período ferroviário no desenvolvimento da região pode ser verificada pela dinamização promovida no município de Miguel Pereira, predominantemente ocupado por trabalhadores da Rede Ferroviária Nacional, assim como pelo Engenheiro Paulo de Frontin, um dos construtores das estradas férreas no Brasil, que dá nome a um dos municípios do Vale. Hoje as ferrovias estão desativadas ou são utilizadas para transporte logístico de carga e passeios turísticos.

O manejo não sustentável da produção cafeeira levou à exaustão dos solos do Vale do Café, provocando a transferência dessa cultura no sentido do Vale do Paraíba Paulista. Além disso, a crise de superprodução da cafeicultura brasileira do século XX traria consigo, de acordo com Furtado (2009), algumas medidas, sendo uma delas a retenção dos estoques esperando a revalorização do produto. Mendonça (2008) argumenta que no caso do Estado do Rio de Janeiro, diante dos baixos níveis de produtividade, produção e exportação, foi a diversificação agrícola que representou uma reação à crise cafeeira regional, aproveitando fatores de produção subutilizados e abrindo caminho para transformações significativas na economia regional, voltando-se para o mercado doméstico. Houve também muita produção de cana de açúcar, ficando a cachaça, a rapadura e o açúcar mascavo como um elemento da cultura local.

Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB) da região, o PIB de Volta Redonda atingiu quase nove milhões de reais em 2013, seguido por Barra Mansa com R\$ 4,4 milhões ou praticamente a metade, Barra do Piraí com R\$ 1,5 milhão e Piraí com R\$ 1,1 milhão. Essa alta produção advém principalmente do setor de serviços e industrial/siderúrgico, e está relacionado à proximidade desses municípios à rodovia Presidente Dutra. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), constituída como um grande investimento público com recursos do governo federal no ano de 1941, atuou como uma instituição polarizadora de renda e emprego no município de Volta Redonda, além do mais a expansão urbano/industrial da territorialmente pequena Volta Redonda chegou a Barra Mansa (CEPERJ, 2013).

Os menores PIB's estão em Rio das Flores (R\$ 156,5 mil), Engenheiro Paulo de Frontin (R\$173,5 mil) e Mendes (R\$ 216,5 mil), comparativamente municípios com baixa atividade econômica, mais voltada para a agricultura e serviços. Vale ressaltar que nos municípios com menor PIB total o setor da administração pública exerce importante papel na economia (CEPERJ, 2013). A próxima subseção aborda mais especificamente as características do meio rural dos municípios abrangidos pelo Vale do Café, observando dados que representam a demografia, participação agropecuária no produto, rendimentos, educação e saúde.

O MEIO RURAL DO VALE DO CAFÉ

CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS, ECONÔMICAS, SOCIAIS E AMBIENTAIS

O meio rural dos municípios do Vale do Café pode parecer insignificante num primeiro olhar, mas é incontestável a necessidade de analisá-lo de modo aprofundado para favorecer a construção de medidas promotoras de desenvolvimento, uma vez que o meio rural é habitado, produz, está diretamente relacionado a questões ambientais e suas populações demandam educação e saúde de qualidade, como será demonstrado adiante.

Observando a população total dos treze municípios é possível observar que a maior concentração populacional ocorre nas zonas urbanas dos três municípios, que apresentam como visto os maiores PIB's: Volta Redonda, Barra Mansa e Barra do Piraí. Entretanto, muitos municípios da região preservam meios rurais vivos e ativos. Segundo dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), a população rural tem uma participação significativa na população total nos municípios de Vassouras (33%), Paty do Alferes (30%), Rio das Flores (30%), Engenheiro Paulo de Frontin (28%), e Piraí (20%).

Apesar do município de Valença possuir somente 14% de seus habitantes na zona rural, ele possui a segunda maior população rural da região estudada (9619 habitantes), ficando atrás somente de Vassouras (11211 habitantes). Paty do Alferes possui a terceira maior população rural dentre os municípios do Vale do Café. As menores populações rurais estão em Volta Redonda, Barra Mansa, Barra do Piraí e Mendes, todos eles com menos de 5% da população total (IBGE, 2010).

Entre os anos de 2000 e 2010 Paracambi foi o município do Vale do Café que atraiu, proporcionalmente, o maior número de pessoas para a zona rural, seguido por Piraí. Os municípios são vizinhos, ambos cortados pela BR 116 e com rendimentos rurais relativamente altos, como será mostrado adiante. Outros municípios que tiveram aumentos na sua população rural entre esses anos foram Pinheiral, Rio das Flores, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Volta Redonda e Valença (IBGE, 2000; IBGE, 2010).

Todos os demais municípios apresentaram redução de suas populações rurais, destacando-se Vassouras, Paty do Alferes e Miguel Pereira. Uma variação percentual positiva da população rural entre 2000 e 2010, possivelmente, é reflexo das melhorias na qualidade de vida dos espaços rurais desses municípios, que atraíram população principalmente com infraestrutura (estradas, meios de comunicação, saneamento) educação, e melhores rendimentos (IBGE, 2000; IBGE, 2010).

No que diz respeito à densidade demográfica Rio das Flores apresenta o menor valor (18 hab./km²), ao passo que o município de Volta Redonda (1413 hab./km²) concentra uma grande população urbana em uma pequena área, população esta que possivelmente se espalhou para

Barra Mansa (325 hab./km²), provocando pressões de escala e deixando poucas alternativas ao desenvolvimento rural, fato que pode ser explicado por fatores históricos como a implantação da CSN em 1941 (IBGE, 2010).

Outros municípios que apresentam, relativamente, baixa densidade demográfica são Pirai (52 hab./km²), Valença (55 hab./km²), Vassouras (64 hab./km²), Paty do Alferes (83 hab./km²), Miguel Pereira (85 hab./km²) e Engenheiro Paulo de Frontin (100 hab./km²), todos eles municípios com características bastante rurais. Nota-se que a baixa densidade demográfica atribuída aos municípios de Pirai e Valença, principalmente, tem relação com a grande extensão territorial destes. (IBGE, 2010).

Esses dados demográficos estão relacionados ao desenvolvimento rural sustentável, uma vez que podem revelar ineficiências na distribuição da população, problemas de escala relacionados às pressões ambientais advindas das aglomerações urbanas não planejadas, subordinação do espaço rural ao urbano e não preocupação com as questões ambientais e de qualidade de vida para gerações futuras.

Quanto aos dados econômicos, a agropecuária apesar de representar pouco para o produto da região como um todo (revelando ineficiências na alocação dos meios de produção regionais e dependência a outros mercados), tem os maiores valores monetários nos municípios de Barra Mansa (principalmente devido à pecuária leiteira), Valença, Paty do Alferes (principalmente devido à cultura do tomate, que é majoritariamente escoada para a região metropolitana do Rio de Janeiro) e Vassouras. A atividade agropecuária representa cerca de 10% do produto de Paty de Alferes e 7% do PIB de Rio das Flores, 4% do PIB de Vassouras e 3% do PIB de Valença (CEPERJ, 2013).

De acordo com Mattos e Sant'ana (2010) 60% das fazendas históricas da região têm produção própria de alimentos e comercializam esses produtos (doces, queijos, conservas e café) nos mercados locais e regional. Apesar disso, grande parte das populações rurais do Vale do Café ainda aproveita pouco esse potencial, devido à dificuldade de comunicação/transporte e comercialização dos produtos, bem como pela dificuldade de se adequar às normatizações sanitárias, entre outras restrições.

Passando à análise da diferença entre os rendimentos medianos mensais rurais e urbanos (rendimentos do trabalho e outras fontes que uma pessoa de dez anos ou mais recebeu no período de um mês), disponibilizados no Censo Demográfico do IBGE (2010), os municípios que apresentaram os maiores rendimentos rurais foram Engenheiro Paulo de Frontin, Pirai, Rio das Flores e Pinheiral com R\$ 1020,00/pessoa e Vassouras, Valença, Barra do Pirai e Paracambi com R\$ 1000,00/pessoa. Em todos os 13 municípios o rendimento mediano mensal urbano supera o rural, exceto no município de Engenheiro Paulo de Frontin em que são iguais.

O curioso é que Paty do Alferes apesar de possuir um produto agropecuário significativo e 30% de sua população rural (uma das maiores da região analisada), possui um rendimento mediano mensal rural proporcionalmente baixo (R\$ 800,00/pessoa), o que indica condições ruins de distribuição de renda. Os rendimentos rurais mais baixos são encontrados em Mendes (R\$ 650,00/pessoa) e Volta Redonda (R\$ 734,00/pessoa), cidades que também possuem baixas populações rurais. Quando se trata dos rendimentos, a sustentabilidade pode ser analisada pelo aspecto da equidade, tanto observando as diferenças entre rendimentos rurais e urbanos em cada município, quanto observando a diferença dos rendimentos rurais entre os diversos municípios

que compõe a região. Maiores disparidades entre os rendimentos, e/ou menores rendimentos são características que apontam para um desenvolvimento desigual e desequilibrado.

A respeito da educação nas áreas rurais dos municípios do Vale do Café, dentre os municípios que possuem significativas populações rurais, Engenheiro Paulo de Frontin possui quase 90% de sua população rural alfabetizada e Pirai próximo de 85%. Vassouras e Rio das Flores têm 80% de sua população rural alfabetizada, ao passo que Paty do Alferes tem apenas 75%. Valença, que apesar de não ter grande percentual de sua população na zona rural possui o segundo maior numero de habitantes rurais da região, assim como Vassouras tem cerca de 80% de sua população alfabetizada. Um estudo mais aprofundado deve levar em conta o grau de escolaridade dessas populações rurais, no entanto os dados anteriormente explicitados fornecem uma imagem preliminar sobre as condições educacionais nas zonas rurais dos municípios abordados (IBGE, 2010).

Quanto às instalações sanitárias dos domicílios rurais desses municípios, Engenheiro Paulo de Frontin conta com quase 99% dos domicílios com instalações sanitárias adequadas ou semi-adequadas. Pinheiral e Vassouras também tem elevada parcela dos domicílios rurais com instalações sanitárias adequadas ou semi-adequadas (cerca de 95%) e Miguel Pereira e Mendes têm quase 90% dos domicílios rurais também nessas condições sanitárias. Os números mais preocupantes são os de Valença e de Paty do Alferes, que apresentam apenas 70% de seus domicílios rurais com instalações sanitárias em condições adequadas ou semi-adequadas (IBGE, 2010).

Para tornar mais clara a discussão, instalações sanitárias são consideradas adequadas quando os domicílios contam com dutos ligados à rede-geral ou fossa séptica, abastecidos com água proveniente de rede geral e com destino do lixo coletado diretamente ou indiretamente pelos serviços de limpeza; Nas instalações semi-adequadas os domicílios possuem, pelo menos, um dos serviços de abastecimento de água, esgoto ou lixo classificados como adequado; Já nas instalações sanitárias inadequadas os domicílios possuem escoadouro ligados à fossa rudimentar, vala, rio, lago ou mar e outro escoadouro; servidos de água proveniente de poço ou nascente ou outra forma com destino de lixo queimado ou enterrado, ou jogado em terreno baldio. A falta de instalações sanitárias adequadas é diretamente responsável pelo aumento da incidência de esquistossomose, amarelão e teníase, doenças que afetam a saúde e consequentemente o orçamento das famílias rurais carentes de infraestrutura.

Os dados relativos à alfabetização e às instalações sanitárias dos habitantes e domicílios rurais, respectivamente, se relacionam também a questão da equidade, por revelarem condições preocupantes em alguns municípios, mas, sobretudo estes dados estão relacionados à questão ética, por demonstrarem que muitos municípios, em pleno século XXI, ainda possuem mais de 20% de sua população rural analfabeta e vivendo em domicílios com instalações sanitárias inadequadas, estimulando assim o esvaziamento do espaço rural e a desterritorialização ou (re)territorialização (Haesbaert, 2013).

Para que seja possível notar melhorias nesses indicadores, é necessário criar condições e referências para que os mecanismos de mercado e sociais possam atuar de maneira mais eficiente, possibilitando as liberdades de escolha individuais por meio, pelo menos do suprimento das necessidades básicas de reprodução da vida. A ação individual dos agentes tem se mostrado ineficiente para a promoção de melhorias na renda, na educação, na saúde e no bem estar

coletivo. Daí a importância do Estado atuar como mecanismo promotor e coordenador de esforços, bem como regulador de práticas, podendo ser representado por meio de instituições que atuam em diferentes escalas territoriais.

Essas instituições devem buscar diagnosticar o meio rural dos territórios em que atuam (como proposto nesta pesquisa, por exemplo) para realizarem o planejamento de ações promotoras de desenvolvimento. Tanto o planejamento quanto a execução dessas ações também deve levar em conta as múltiplas escalas de atuação das instituições e as relações entre os diversos entes federativos representados por cada uma delas, uma vez que as questões abordadas são de interesse intra e interestadual.

A próxima subseção trata de citar e contextualizar algumas instituições públicas ou de interesse público presentes na região, que buscam estimular o desenvolvimento rural sustentável nos campos da hidrografia, turismo e gastronomia, agricultura orgânica e agroecologia, todas elas, mais ou menos, legitimados pela participação social.

INSTITUIÇÕES E O DESAFIO DAS ESCALAS TERRITORIAIS

Para se pensar no desenvolvimento rural sustentável, como já dito, é preciso levar em conta os fatores ambientais, econômicos, sociais e culturais, e ainda como esses fatores interagem com a política e a sociedade. Por exemplo, a questão da delimitação de territórios em diferentes escalas geográficas para a implementação de políticas públicas, os agentes gestores dessas políticas, e o planejamento coordenado entre esses gestores, são assuntos que devem ser tratados com atenção. Atualmente, não apenas no Vale do Café, mas no Brasil e no mundo, os formuladores e gestores de políticas públicas são agentes individuais ou representantes de instituições que atuam em diferentes áreas e escalas geográficas (local, municipal, regional, estadual, interestadual, nacional...).

A respeito dessas instituições, North (1981) afirma que podem ser interpretadas como organizações físicas (escolares, de saúde, políticas) que definem e executam as regras de certo jogo, ou as próprias regras (legislação), determinando o que os jogadores podem e não podem fazer. Essas instituições devem conduzir a uma organização eficiente da sociedade, levando em conta fatores como o contexto histórico e a busca por bem estar social.

Uma iniciativa de nível estadual, relativa à extinta Secretaria de Agricultura em parceria com uma organização multilateral, que realiza ações coordenadas por meio de algumas instituições em diversos municípios da região estudada é o Programa Rio Rural. Este programa criado em 2005 pretende promover o desenvolvimento rural sustentável em micro bacias hidrográficas, por meio da gestão democrática e transparente; da inclusão e participação social dos agentes rurais, principalmente agricultores familiares e pequenos agricultores, mulheres e jovens rurais; e da sustentabilidade financeira das ações. Diversas entidades estão em conjunto para realizar o planejamento, execução e avaliação dessas propostas, dentre elas a Embrapa, a Emater, e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), por exemplo.

Iniciativas como o CMDRS podem colocar prefeitos, secretários de agricultura e meio ambiente, vereadores, representantes de instituições de apoio e fomento, agricultores e moradores das zonas urbana e rural para dialogar sobre questões relevantes para a melhoria da qualidade de vida não só dos moradores da zona rural. Apesar da importância desses conselhos, muitas vezes eles

não atuam alinhados aos conselhos dos municípios vizinhos, que possuem experiências e demandas comuns.

O Vale do Café, que já foi o maior produtor mundial do grão, ainda conta com um vasto patrimônio (histórico e cultural) deixado por aquele período. No ano de 1994 foi fundado o Instituto Preservale, como forma de unir fazendeiros, pesquisadores, ambientalistas, arquitetos, agentes de viagem e historiadores preocupados com o patrimônio pertencente ao Vale do Café. Abarcando os 13 municípios estudados, o Conselho Regional de Turismo do Vale do Ciclo do Café (CONCICLO) objetiva integrar Estado e sociedade para executar ações de desenvolvimento regional sob o motor do turismo, cultura e fortalecimento da identidade. O CONCICLO em especial, por realizar ações nos mesmos municípios delimitados por esta pesquisa (que apresentam uma diversidade de conexões internas e externas) é uma instituição fundamental ao desenvolvimento rural do Vale do Café, pois pode servir como um nó na rede de formuladores de políticas públicas. Além do mais, instituições como estas são importantes na promoção do desenvolvimento rural sustentável, uma vez que estão relacionadas a questões éticas (preservação de memórias) e de autossuficiência econômica para a região, buscando pautar suas ações na participação social.

Para se pensar em desenvolvimento sustentável é necessário também levar em conta os recursos hídricos e sua influência em diferentes populações. A água é um recurso de extrema importância nos meios rurais (e urbanos), uma vez que, em condições adequadas, proporciona a irrigação de lavouras e a produção, o abastecimento dos domicílios e a pesca. A preservação de matas ciliares e nascentes, juntamente com uma diversidade de medidas que visam a sustentabilidade ambiental, proporcionam água em abundância que é sinônimo de resiliência e autossuficiência frente a crises de abastecimento e até mesmo crises energéticas.

No que diz respeito à hidrografia, alguns municípios do Vale do Café fazem parte do Comitê Guandu, que desenvolve projetos de acordo com planos de aplicação plurianuais, voltados para conservação e recuperação dos recursos hídricos. Esse comitê existe desde 2002 e possui uma diretoria colegiada que conta com representantes dos segmentos público e privado. Já outros municípios inseridos na bacia do Paraíba do Sul se articulam principalmente por meio do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), que foi criado em 1996. Este é também um espaço democrático que mescla poder público e privado para debater questões relacionadas ao uso das águas da bacia. Uma particularidade da bacia do Paraíba do Sul é que ela contempla tanto municípios do Estado do Rio de Janeiro quanto do Estado de São Paulo, o que significa maiores dificuldades para tratar de questões indiretamente relacionadas à hidrografia, mas ao mesmo tempo potencialidade de reunir esforços interestaduais para uma questão de interesse comum (CEIVAP, 2016).

Todas estas instituições são promotoras do desenvolvimento, quando buscam realizar suas ações de forma socialmente planejada, sem desperdício de recursos, colaborando para a dinamização das economias em que atuam para alcançar maior autossuficiência e equidade social. Considerando o desenvolvimento rural regional, nota-se a necessidade da melhoria da qualidade das ações governamentais, atuando de fato em conjunto com a sociedade para o planejamento do território, ações essas que precisam ser realizadas de maneira coordenada entre as diferentes instituições que atuam em diferentes âmbitos e escalas geográficas, mas que visam melhorias para os mesmos municípios.

As questões ambientais, econômicas, políticas e sociais, na prática, estão entrelaçadas e dessa forma necessitam de políticas públicas que contemplem todas elas em suas respectivas escalas, sem ignorar que estas escalas estão interconectadas. Por exemplo, nessa mesma região existem

instituições atuando em escalas físicas (bacias hidrográficas), territoriais (Vale do Café), político administrativas (município e estado), etc. Em outras palavras, é necessário, como afirma Brandão (2004), romper com a endogenia exagerada local, e reconhecer a complexidade político/social, e a existência de uma coesão orgânica extra localizada (correlação de forças hegemônicas, posta em determinado tempo-espaço), sendo que constranger as principais cláusulas desse pacto é tarefa que pode e deve ser travada no local, nos espaços regionais, em âmbito nacional e até internacional.

É importante enfatizar que um grande desafio para a adoção de políticas públicas para o desenvolvimento rural da região estudada é que o Vale do Café não se constitui como uma mesorregião e nem como região de planejamento ou de governo, o que dificulta ações regionais por parte do governo do Estado do Rio de Janeiro. Todavia todas as instituições apresentadas anteriormente atuam nos municípios da região e possuem a capacidade de realizar esforços coletivos para tornar efetivas ações regionalizadas o que seria muito positivo para a promoção do desenvolvimento rural sustentável da região, uma vez que os municípios estabelecem uma diversidade de vínculos (estradas, rios, redes de comunicação e comércio, instituições comuns)... Uma dificuldade para tornar concreta essa governança é a postura competitiva e individualista adotada pelos representantes de algumas instituições (prefeituras, conselhos) e outros agentes que não dão a devida importância a estas questões trans escalares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme dito, os conceitos de desenvolvimento rural e desenvolvimento sustentável apresentam muitos pontos em comum, levando em conta aspectos ambientais, econômicos, sociais e políticos, que na prática se misturam e implicam em um processo dialético. Por exemplo, o município de Volta Redonda apesar de possuir uma posição econômica e política central, sediando a CSN e um polo comercial, e ainda com acesso à via Dutra, possui uma inexpressiva população rural, e uma grande população urbana prejudicada pelos altos níveis de poluição do ar e da água e pela dependência de alimentos vindos de outros mercados externos ao município.

Tomando como base os dados e as informações apresentadas, e relacionando-os aos conceitos utilizados como fundamentação teórica é possível notar que dentre os municípios do Vale do Café, os que se destacam por apresentarem um meio rural habitado, que dispõe de rendimentos mais dignos, saneamento e educação são Pirai, Engenheiro Paulo de Frontin, Vassouras, Rio das Flores, Valença, Paty do Alferes, Paracambi, Miguel Pereira e Pinheiral, nessa ordem.

Pirai merece destaque, município de baixa densidade demográfica, e que possui a quarta maior população rural da região, tem boa parte dessa população alfabetizada, e ainda demonstrou atrair pessoas para seu meio rural entre os anos de 2000 e 2010. Além disso, apresenta números favoráveis ao desenvolvimento rural no que diz respeito aos rendimentos, ao saneamento e à produção agrícola, considerando que o setor agropecuário não é tão expressivo no produto da região.

Engenheiro Paulo de Frontin apresenta os melhores valores quando se observa os dados relacionados à educação, saneamento e rendimentos. Esse município também atraiu pessoas para seu meio rural entre os anos de 2000 e 2010. Apesar das atividades agrícolas não representarem muito no produto municipal, os dados levam a crer que este município tem melhorado a qualidade de vida de suas populações rurais, o que reforça a ideia da diversidade produtiva do “novo rural”. Todavia, o potencial turístico e agrícola do município é pouco explorado, uma vez que este conta

com algumas cachoeiras aptas para banho, e tem terras propícias para o cultivo de banana, mamão, manga e jaca, o que poderia impulsionar a gastronomia e o comércio local (geleias, bolos, doces, receitas diversas).

O município de Vassouras possui a maior população rural, em termos absolutos, e também o maior percentual de população rural, dentre todos os 13 municípios em questão. A respeito da educação e do saneamento Vassouras também está entre os três melhores desempenhos, quando se observa os dados anteriormente mostrados. Fato curioso é que entre os anos de 2000 e 2010 esse mesmo município demonstrou uma grande queda de sua população rural, indicando que nesses anos o meio rural desse município se tornou menos atrativo, talvez impulsionado pelos baixos rendimentos ou pelo declínio da atividade turística.

Merece destaque também o município de Rio das Flores, que apesar de não possuir elevado contingente populacional, possui o segundo maior percentual de população rural. Esse município que possui a menor densidade demográfica da região, tem rendimentos rurais mais elevados do que os de Vassouras, e apresentou também uma elevação na sua população rural entre os anos de 2000 e 2010.

Paty do Alferes é também um município com características interessantes. Possui a terceira maior população rural em termos absolutos e o terceiro maior percentual de participação rural frente à população total. Seu produto agropecuário é o terceiro maior da região, (menor que Barra Mansa e Valença) advindo principalmente da produção de tomate. Apesar das primeiras informações serem positivas, os dados referentes à educação, saneamento e rendimentos não parecem ser muito favoráveis, o que pode indicar má distribuição de renda. Um reflexo desses dados negativos é a diminuição da população rural entre os anos 2000 e 2010.

Por fim, o município de Valença também será destacado, este que possui a segunda maior população rural (atrás da vizinha Vassouras), tem também a segunda maior produção agropecuária dentre os municípios da região, no ano analisado. O nível de alfabetização e os rendimentos rurais são razoáveis, no entanto o saneamento parece deixar a desejar. Mesmo assim, sua população rural aumentou razoavelmente no primeiro decênio do século XXI.

Observando os meios rurais da região como um todo, torna-se clara a necessidade de melhorias na mobilidade (recuperação das estradas e transporte coletivo), na comunicação (redes de telefonia e internet), no saneamento (adequação das instalações sanitárias domiciliares, tratamento do esgoto), na educação (alfabetização e metodologias adaptadas ao campo), na distribuição de renda (entre as populações rurais e urbanas e entre os municípios) e incentivos à atividade agropecuária.

Estas melhorias serão conquistadas por meio de ações de organização dos agricultores e trabalhadores habitantes do meio rural e urbano, em conjunto com as empresas e instituições locais, mas, sobretudo, com Estado em suas múltiplas escalas. A atuação de forma mais integrada e regional no sentido de planejar ações, políticas públicas, e buscar formas de investimentos para os municípios pertencentes, rompendo com o neo-localismo competitivo, seria um alternativa interessante à permanência de um meio rural habitado de forma equilibrada e equitativa, para a promoção do desenvolvimento em suas múltiplas formas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. **Colecionando museus como ruínas: percursos e experiências de memória no contexto de ações patrimoniais.** Rio de Janeiro, Unirio, 2012.
- ACSELRAD, Henri e LEROY, Jean P. **Novas premissas da sustentabilidade democrática.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 1, 1999.
- BRANDÃO, Carlos. O processo de subdesenvolvimento, as desigualdades espaciais e o “jogo das escalas”. **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais.(Org.). Desigualdades Regionais. Salvador: SEI, p. 9-37, 2004.**
- CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CEPERJ). Divisão regional, segundo as mesorregiões, microrregiões geográficas e municípios, Estado do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/Div_reg/Quadro_MesoeMicrorregioes_Geograficas.XLS>. Acesso em 02 de outubro de 2016.
- _____. Estado do Rio de Janeiro, Regiões de governo. Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/divis_regional.html>. Acesso em: 19 de outubro de 2016.
- _____. Valor adicionado bruto por atividade econômica, Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto per capita e Impostos sobre produtos, segundo as Regiões de Governo e municípios, Estado do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/pib/pib.html>>. Acesso em: 08 de outubro de 2016.
- COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL (CEIVAP). Apresentação CEIVAP. Disponível em: <<http://www.ceivap.org.br/apresentacao.php>>. Acesso em: 05 de novembro de 2016.
- ELLIS, Frank. BIGGS, Stephen. Evolving themes in rural development – 1950s-2000s. **Development Policy Review.** Oxford, UK: Blackwell publishers, 19 (4): 437-448, 2001.
- FLORIANI, N; RIOS, F T; FLORIANI, D. Territorialidades alternativas e Hibridismo no mundo rural: resiliência e reprodução da sociobiodiversidade em comunidades tradicionais do Brasil e Chile meridionais. In **Polis: revista latinoamericana**, vol 12, n 34, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.cl/pdf/polis/v12n34/art05.pdf>
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil:** edição comemorativa : 50 anos / Celso Furtado ; organização Rosa Freire d’Aguiar Furtado. São Paulo : Companhia das Letras, 2009.567 p.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. 117 p.
- HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais: Encontros Nacionais da ANPUR**, v. 9, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm>. Acesso em: 05 de outubro de 2016.

- _____. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/default_indicadores_sociais_municipais.shtm>. Acesso em: 05 de outubro de 2016.
- KAGEYAMA, Ângela. Desenvolvimento rural: conceito e medida. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia. Brasília**, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.
- MATTOS, Sônia; SANT'ANA, André. Relatório final. **Ações estratégicas de revitalização do Vale do Café**. 2ª edição. 2010. Disponível em: <<http://www.preservale.com.br/files/relatorio01.pdf>>. Acesso em: 15 de setembro de 2016.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. O Convênio de Taubaté e a agricultura fluminense. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Vol. 4, n. 3, Taubaté, SP, 2008.
- NORTH, Douglas Cecil. Structure and change in economic history. New York: Norton, 1981. 240 p.
- PADILHA, Valquíria. Shopping Center: a catedral das mercadorias e do lazer reificado. **São Paulo: Universidade de Campinas**, 2003.
- PORTAL RIO TURISMO. Mapa das regiões do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.rio-turismo.com/mapas/regioes.htm>>. Acesso em: 05 de outubro de 2016.
- SCHNEIDER, Sergio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, v. 6, n. 11, p. 88-125, 2004.